

Conselho fiscal se reúne em sede social do Sintect/JFA

Nos dias 14 e 15 de dezembro de 2017, estiveram reunidos, na sede social do SINTECT/JFA, os membros do conselho fiscal, formados por Marlúcio Melo, carteiro do CDD/Ubá, Cláudia Cristina Cerqueira, atendente da AC/Cataguases e Rafael L. Oliveira, carteiro do CDD/Leopoldina. Eles conferiram e deram parecer favorável para a aprovação das contas do ano de 2017 e também aprovação da previsão orçamentária para 2018.

Conforme edital publicado no jornal Tribuna de Minas, do dia 12 de dezembro de 2017, afixado nos quadros de aviso das unidades, a assembleia aconteceu no dia 15 de dezembro e teve aprovação por unanimidade.



Isso mostra, mais uma vez, a responsabilidade e transparência da direção do SINTECT/JFA com o dinheiro dos trabalhadores e mostra a importância da sindicalização para fortalecer ainda mais o Sindicato que te representa.

Acesse nosso site e confira contra cheque, vale cultura, processos, ticket e outros links do seu interesse. Não perca tempo!



Sede Campestre

Faça já a sua carteirinha!

A direção do SINTECT/JFA está à disposição para facilitar o processo de inscrição dos trabalhadores em empresas de comunicação postal, telegráfica e similares. Basta preencher o formulário de inscrição e entregar no endereço: Rua Marechal Deodoro, 447/301 - Centro - Juiz de Fora/MG - 36013-001 - e-mail: sindjfa@g.com.br - Tel: (32)3215-5318 - Fax: (32)3217-9729

Presidente: João Ricardo Guedes - Jornalista Responsável: Munique Duarte - MTE 08612 - Impressão: Gráfica União - Telefone: (32)3215-3941 - Tiragem: 1000



Plano de demissão voluntária - PDIA

A ECT lança a seus empregados um plano de demissão voluntária, que é regulamentado por lei e tem uma série de premissas a ser seguidas e observadas pela empresa. É, geralmente, um recurso utilizado para reduzir custos, ao mesmo tempo em que se compensa, por assim dizer, os desconfortos causados ao funcionário desligado, caso sejam satisfatórios os benefícios do PDIA.

O documento de adesão ao plano de demissão voluntária por parte de empregado, embora contenha uma transação, não envolve quitação ampla e geral de todos os direitos decorrentes do contrato de trabalho e nem produz efeito de coisa julgada, ou seja, o trabalhador poderá, caso queira, impetrar ação judicial para obter outros direitos que possui na empresa, não angariados pelo PDIA.

A transação contida no acordo de demissão voluntária envolve apenas a legitimação da rescisão do contrato de trabalho mediante o pagamento das verbas rescisórias, não podendo, desta forma, voltar atrás para a demissão, devendo o trabalhador estudar cuidadosamente sua realidade antes de tomar esta importante decisão.

Toda demissão é uma violência social, sejam quais forem as necessidades que a ocasionou. Por isso, o papel da empresa é fazer o que estiver ao seu alcance para minimizar os efeitos dessa violência. Quero dizer com isto que: somente em último caso o Trabalhador deve se submeter ao Plano. O emprego atualmente anda difícil, e a realidade do mercado externo é árdua, sendo mister ressaltar que a empresa detém monopólio postal.

Sugerimos, assim, que o empregado faça os cálculos de sua rescisão contratual normal, sem justa causa, com todos seus direitos, cito: férias vencidas ou/e proporcionais + 1/3; décimo terceiro proporcional; multa de 40% por cento do FGTS; aviso prévio indenizado; saldo de salários até o momento da adesão; recolhimento de impostos de renda e contribuições previdenciárias).

O empregado que tiver com seu contrato de trabalho suspenso, ou com estabilidade, pode participar do PDIA, todavia, deverá seguir os critérios adotados pelo plano. A empresa, com isto, apenas seguiu a Lei que regulamenta o assunto. Deve-se ressaltar que, antes de tudo, o PDIA contempla a vontade do trabalhador, sua real e verdadeira intenção em se desligar da empresa. Não pode ser pressionado seja de qual forma for para aceitar os termos, deve partir de sua própria vontade, sem qualquer vício de coação.

A empresa nunca poderá obrigar o trabalhador a aderir ao plano. Por isso, qualquer dúvida, antes de assinar, consulte o Jurídico do sindicato, pois, após a adesão, não se pode mais voltar atrás.



Fundado em
21 de novembro de 1988
Filiado a **FENTECT** **CUT**

Notícias Sindicais

Informativo Mensal do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região - N°109
Dezembro de 2017/Janeiro de 2018 - www.sintectjfa.org.br

MALADIRETA
POSTAL
DOMICILIÁRIA
9912340568/2013-DR/MG
SINTECT/JFA
CORREIOS
FECHAMENTO AUTORIZADO
PODE SER ABERTO PELA ECT

Crise financeira da ECT está relacionada à má gestão

Em auditoria realizada entre os dias 15/08/2016 e 11/10/2016, pelo TCU nas contas da ECT, pelo exposto no relatório de 81 páginas, que está disponível na íntegra no site dos Correios, podemos fazer as seguintes observações.

Toda a crise financeira que atinge a ECT está intimamente ligada à má gestão, ou porque não dizer da falta dela. Vamos citar três pontos que ilustram muito bem essa questão.

Desde 2011, não se sabe o porquê, os Correios têm repassado para o governo valores acima do que determina o artigo 39, inciso II, do Decreto nº 8.016/2013, do lucro líquido ajustado. É determinado 25%, e tem-se feito repasses de 50%, chegando em certos anos a 100% do valor do resultado líquido. E apesar do apurado, não foram tomadas ações e/ou medidas para tentar reverter ou amenizar o quadro em tela. A ECT, em caso de dificuldade financeira, poderia expor ao TESOURO NACIONAL sua situação econômica, evitando assim repasses tão elevados (R\$300 milhões somente em 2013, chegando a 97% do lucro). Todas estas informações estão disponíveis no site do TESOURO NACIONAL. Desse modo, ficam evidenciados os motivos de não haver dinheiro para pagamento de PLR, investimento em pessoal e frota, por exemplo.

A Postal Saúde, criada em 2013, com o intuito de economizar, a auditoria mostra que o objetivo não foi alcançado, ao contrário. Segundo o relatório do TCU, foram constatadas graves falhas, acarretando em impropriedades e desvios de recursos repassados pela ECT à entidade, e ainda não há fiscalização por parte da ECT. Foram



observados indícios de contratação direcionadas, pagamentos indevidos, conflito de interesses na contratação de empresas, falta de atesto e autorização de pagamentos, superfaturamento de serviços, ausência de aplicação de penalidade por descumprimento contratual e contratação com objeto sobreposto, além de graves falhas em cotação, aquisição de equipamentos médicos, ocorrência de emissão e faturamento de guias médicas para beneficiários já falecidos, entre outras.

Todo o exposto por si só explica o porquê do sucateamento e porque este plano não atende ao trabalhador e seus dependentes com a qualidade e eficiência prometidas.

Quanto ao POSTALIS, a auditoria não vê outro caminho se não o da via judicial, para que os valores aplicados indevidamente sejam recuperados. Tudo isso devido ao frágil processo de fiscalização e supervisão da gestão do POSTALIS pela ECT.

Tudo isso mostra que a situação econômica dos Correios, a intervenção no POSTALIS e o sucateamento do PLANO DE SAÚDE seriam facilmente evitáveis, com gestão e fiscalização proba e escrupulosa. Este relatório do TCU deixou bem claro que os CORREIOS são uma empresa viável. Só precisamos de gestores e administradores que estejam realmente interessados em gerir com integridade.



SINDICALIZE-SE!
Fortalecendo a luta, avançamos nas conquistas!

EXPEDIENTE
Publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região
Rua Marechal Deodoro, 447/301 - Centro - Juiz de Fora/MG - 36013-001 - e-mail: sindjfa@g.com.br - Tel: (32)3215-5318 - Fax: (32)3217-9729
Presidente: João Ricardo Guedes - Jornalista Responsável: Munique Duarte - MTE 08612 - Impressão: Gráfica União - Telefone: (32)3215-3941 - Tiragem: 1000



Retrocesso de direitos e conquistas

Companheiros e companheiras, em 2017, nossa rotina foi de muita luta, com registro de vários retrocessos. Entre eles, o mais miserável para nós, trabalhadores e trabalhadoras, foi a destruição da CLT, com a aprovação da “reforma” trabalhista, que não é reforma. Com essa desgraçada “reforma”, marcada pela traição dos deputados e senadores neoliberais e conservadores, retrocedemos décadas em conquistas e direitos. Presentemente, querem ainda nos reconduzir aos porões, às senzalas, ao tronco, com a aprovação da “reforma” da Previdência.

Neste ano, propomos aos trabalhadores e trabalhadoras que são os protagonistas da história viva e os verdadeiros produtores, pois toda riqueza desta nação passa pelo chão da fábrica, um momento de reflexão. Vamos entrar no ano de 2018 com a possível votação da “deformação” da previdência; deforma sim, isso não é reforma. Temos que nos mobilizarmos. Nos Correios, nossas conquistas e direitos foram garantidos por dois anos, por conta da última greve de 13 dias,

praticada pelos valorosos carteiros, OTTs, motorizados, motociclistas e atendentes, mostrando que nossa maior força está na capacidade de mobilização.

Ainda temos muita luta pela frente; o plano de saúde é uma das principais conquistas da categoria ecetista. Se nos acotovelarmos na janela do tempo, ficaremos sem um plano de saúde. Ir à luta, eis a solução.

Diretoria do Sintect/JFA



Por Geraldo França, diretor de Saúde do Sintect/JFA

ECT não se preocupa com a saúde do trabalhador

Companheiros e camaradas, estamos em 2018 e a luta dos trabalhadores será muito grande, ainda mais com as novas leis trabalhistas. Precisamos ser fortes e resistir às pressões que virão, unindo-nos aos sindicatos e centrais de esquerda, e partirmos para a luta.

Na área da saúde e benefícios, estamos avançando. Mas, agora, esta reforma vem de encontro a muitos direitos conquistados, e para garanti-los temos que ir em frente. A patronal sempre quis nos escravizar cada vez mais, tratando o trabalhador como máquina de produzir, deixando-os doentes. Temos um periódico de brincadeira em que o trabalhador responde um questionário. Não é um verdadeiro periódico que teria que investigar as doenças. As pressões no trabalho continuam, convocações diretas, DDA, PDI, trabalhador fora do setor. Nas agências, há o risco de assaltos e tiraram os vigilantes, colocando os trabalhadores como escudos humanos. A vida do trabalhador está em primeiro lugar, não sendo comparado com os custos da agência.

Há vários afastamentos por diversos problemas de saúde, e nenhuma providência é tomada. Os Correios tinham que ter um olhar mais responsável, visitando os setores de trabalho e realmente combatendo os afastamentos, mas com

planejamento. Não adianta montar equipe contra absentismo se este programa não usa um periódico melhor. Infelizmente, as piores situações de saúde do trabalhador estouram nos sindicatos, por falta dos recursos humanos da empresa, que não acompanham os casos, principalmente, se estiverem no INSS.

O plano de saúde já está judicializado e querem implantar a qualquer custo. Afirmamos que não temos salário para isso. Pai e mãe não entram mais no plano, nem novos titulares. A Postal Saúde foi fundada em abril de 2013, sem a participação dos trabalhadores. A assembleia foi para poucos. Hoje o que vemos em nível nacional são credenciamentos de hospitais, clínicas e profissionais porque o Correo Saúde não foi reestruturado, mas fizeram o contrário, com a fundação do Postal Saúde, prejudicando os trabalhadores, principalmente os da região. Acabaram com os ambulatórios, o que era uma maneira menos custosa.

Trabalhadores, sobretudo os mais jovens, não deixem que tirem os seus direitos conquistados com luta, suor, lágrimas e demissões. Preste atenção: a ECT não tem gestor bonzinho. Tiram tudo de você, até não servir mais para nada. Quem está falando tem conhecimento de causa. Até a vitória.



Por Reginaldo de Freitas, diretor de Relações Sindicais do Sintect/JFA

A miserável reforma trabalhista

Companheiros, companheiras, queremos, nestas breves linhas, desejar o ano novo de 2018 repleto de alegrias e conquistas, porém, as notícias que ora portamos não são, nem de longe, promissoras como gostaríamos.

Iniciamos o ano com uma preocupação que já nos persegue há um bom tempo; a situação do nosso plano de saúde será decidida por um juiz.

No ano passado, algumas conquistas esvaíram-se por conta da “reforma” trabalhista. Como exemplo citaremos as convocações para trabalho em dias de repouso e/ou feriados, que antes da “reforma” poderíamos optar em atender ou não. Hoje, com a prevalência do acordo sobre o legislado, somos forçados a atender essas convocações, uma conquista a menos.

Estivemos em todos os momentos na base alertando o trabalhador(a) para esta possibilidade. Outrossim, afirmamos incansavelmente que somente a mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras poderia evitar este golpe. Alguns visionários preferiram nos combater dizendo que as paralisações e greves estavam sendo precipitadas ou fora do momento. Alertamos que, uma vez os direitos e conquistas fossem retirados, não mais retornariam.

Hoje, a nossa luta, a luta da Central (CUT) e dos Sindicatos, é para revogarmos a aprovação desta miserável reforma trabalhista e barrarmos a “reforma” da Previdência que representa um desgraçado retrocesso para classe trabalhadora. Assim, perguntamos qual a possibilidade de êxito deste nosso anseio diante de um Congresso apinhado de burgueses e empresários financiados pelo capital? Que representatividade temos neste congresso? Ora, trabalhadores e trabalhadoras, dos 513 deputados somente 17,34% aproximadamente tendem a votar conosco, porém, somente em 13,25% podemos confiar que votam em nossos projetos; dos 81 senadores somente 10 votam em nossos interesses, representando 12,34%. Como fazer políticas ou leis para o proletariado com uma minoria assim? O que esperar deste congresso elitizado?

Somente nós podemos reescrever essa história, com a classe trabalhadora nas ruas, discutindo política e pressionando deputados, senadores, presidente, entre outros. Precisamos ser representados; se deixarmos de lado toda essa discussão, ficaremos sob o jugo daqueles que debatem políticas e elegem seus candidatos.

Citando Platão para nossa reflexão: “Não há nada de errado com aqueles que não gostam de política. Simplesmente serão governados por aqueles que gostam.”



Postal Saúde tem julgamento marcado para fevereiro

Desde que a direção da ECT começou a pôr em prática o plano de cobrar mensalidades no plano de saúde dos ecetistas, muitas incertezas tomaram conta dos trabalhadores. Foram várias tentativas de negociação entre empresa e federações e meses de mediação no TST. Sem conseguir chegar a um acordo, ficou a cargo do TST julgar e definir a situação do nosso plano de saúde, sendo que o julgamento está marcado para fevereiro.

Com a alegação que a empresa não tem mais condições de bancar o plano nos moldes atuais, sem mensalidade, a direção da ECT vem apresentando algumas propostas ao TST. A última notícia que se ventillou no portal de internet do Estádio, na Coluna do Estádio, seria que a direção da empresa enviou para o TST a proposta de bancar 100% do benefício apenas para os 140 mil funcionários e aposentados, retirando do plano os dependentes, filhos, cônjuges e pais. Em troca, a empresa distribuiria 15% do seu lucro com os funcionários. Com tal medida, a direção da ECT espera reduzir em um terço o gasto anual de R\$ 1,8 bilhão anual.

A direção atual vem, a todo momento, tentando depredar os direitos dos trabalhadores, e há algum tempo ela quer colocar uma mensalidade no nosso plano de saúde, porém, vale lembrar que a empresa gasta apenas 8% da sua arrecadação com o plano de saúde, e que não podemos deixar que sejam



retirados direitos conquistados com muitas lutas. Essa proposta de distribuir 15% do seu lucro com os trabalhadores é mais uma tentativa de nos enganar, pois, desde 2013, a direção da empresa alega que os Correios não têm tido lucros. Quem garante que essa direção vai lançar os balanços da empresa de forma correta e que teremos garantia que a distribuição do lucro será feito realmente?

Não podemos aceitar essa tentativa de nos enganar e devemos fazer pressão para que o TST enxergue que os trabalhadores dos Correios não têm salários para bancar uma mensalidade, e retirar nossos dependentes do plano de saúde é uma maldade e irresponsabilidade da atual direção da ECT.

Companheiros, devemos ficar atentos e vigilantes, e devemos atender aos chamamentos do Sindicato, para podermos defender o nosso maior benefício.

Perseguições ao trabalhador continuam

No nosso último jornal, denunciamos as perseguições que vêm acontecendo aos diretores e delegados sindicais de todo o país. Mais uma mostra de como a atual direção da empresa vem tratando esses companheiros nos foi dada nesse último mês. O diretor da FENTECT, José Gonçalves de Almeida, mais conhecido como Jacó, foi penalizado com uma suspensão de 30 dias. Ele foi acusado por uso indevido da imagem da ECT. Porém, sabemos que tal penalidade aconteceu apenas por Jacó ser um grande defensor dos direitos dos trabalhadores ecetistas, e sempre bater de frente com a direção da ECT. A acusação da empresa fere ainda o Acordo Coletivo de Trabalho da categoria, tratando-se de perseguição política.

A direção do SINTECT/JFA repudia veementemente a atitude tomada contra o



companheiro Jacó, exige que a suspensão seja revogada e denuncia mais uma vez a direção da ECT que continua perseguindo e assediando os representantes sindicais de todo o país.

“Sonhe e será livre de espírito.
Lute e será livre na vida!”

Che Guevara

25 de janeiro Dia do Carteiro



A estes profissionais que, há mais de três séculos e meio vêm aproximando pessoas e encurtando distâncias neste país de dimensões continentais, a direção do SINTECT/JFA empenha nosso maior respeito, principalmente neste dia, 25 de janeiro, que marca a comemoração a um profissional que sempre esteve presente e contribuindo em momentos históricos e de grande importância no nosso Brasil.

O CARTEIRO ESTÁ PERTO DE NÓS. TODOS OS DIAS NÓS O VEMOS. PARABÉNS, CARTEIROS, QUE A CADA DIA SUPERAM OBSTÁCULOS PARA CUMPRIR COM SUA MISSÃO

Hoje, em especial, convidamos estes memoráveis profissionais a uma reflexão para a superação de um obstáculo maior: enfrentar o neoliberalismo conservador que quer nos retirar conquistas e direitos. Entre eles, o nosso plano de saúde e nossos empregos.

24 de janeiro Dia do Aposentado



Na data em que se comemora o dia do trabalhador e trabalhadora que já cumpriram sua missão, dedicando a vida toda ao trabalho para sua manutenção e enriquecimento da nação, nosso sincero respeito.

A diretoria do SINTECT/JFA parabeniza todos os aposentados e aposentadas por este dia. Aproveitamos também para convidá-los à luta, uma vez que o nosso Congresso está apinhado de conservadores à serviço do capital e de empresários de planos de saúde que querem retirar conquistas e direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Aos aposentados(as) dos Correios, um lembrete: querem retirar o nosso plano de saúde; se não houver uma mobilização, vamos perder uma das maiores conquistas dos trabalhadores dos Correios.

PROCUREM SEU SINDICATO, APOSENTADO (A) DOS CORREIOS, PARA JUNTOS FAZERMOS FRENTE DE RESISTÊNCIA CONTRA O FIM DO NOSSO PLANO DE SAÚDE.